



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO EXTERNA - OBRAS DO GOVERNO FEDERAL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0941/16	DATA: 09/08/2016	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 09h49min	TÉRMINO: 11h30min	PÁGINAS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GASTÃO DIAS VIEIRA - Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE.
VALDIRENE DAUFEMBACK - Diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN.
LEONARDO VICTOR DANTAS DA CRUZ - Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

SUMÁRIO

Debate sobre as principais obras paralisadas custeadas com recursos do Orçamento Geral da União e levantamento das medidas para retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações. Deliberação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Bom dia a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião Ordinária da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar as obras do Governo Federal, lastreadas com recursos do Orçamento Geral da União em andamento no País.

Quero agradecer à equipe técnica da Câmara dos Deputados.

O objetivo da nossa Comissão Externa para acompanhar as obras paradas no País é suprir uma necessidade do Governo Federal, que não sabe quantas obras estão em andamento, qual o percentual delas que se encontram paradas e em quais houve boas práticas, o que garantiu que a execução saísse dentro do planejado.

Nós estamos ouvindo, em seis eixos, os órgãos de controle, os Ministérios, os órgãos federais, as entidades do setor privado e as entidades do terceiro setor. Ao final, queremos ter um horizonte de quantas obras estão paradas no Brasil, qual o montante desses recursos e quais são as boas práticas daquelas obras que foram concluídas. Essas boas práticas vão compor um caderno de normas, que serão anexadas aos instrumentos de repasse de recursos federais para os entes federados, que são os Municípios e os Estados.

Encontra-se publicado um projeto de lei de criação de um sistema de obras públicas, inspirado principalmente no Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle — SIMEC, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, cujo Presidente, Gastão Dias Vieira, encontra-se hoje aqui, e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, que também tem um sistema exitoso.

Todos esses sistemas não são integrados, e o nosso projeto de lei propõe a criação de um sistema integrado, com o objetivo de dar mais transparência e permitir que ele seja uma ferramenta de gestão moderna, para que toda a população possa acompanhar cada etapa do processo de implantação dos recursos.

Ao final, vamos propor uma revisão do arcabouço legal, porque há um descasamento entre o que foi planejado e o que foi executado. Nós queremos que a legislação venha a obrigar, quando o Governo anunciar a realização de uma obra, a sua conclusão, dentro do cronograma de orçamento.



Estive com o Presidente da República e propus uma diretriz um pouco diferente do que está sendo noticiado na imprensa. Propusemos a ele que inicie a conclusão das 20 maiores obras do País. Creio que, com a apresentação do Sr. Gastão Dias Vieira, nós teremos uma noção sobre isso. Estamos propondo que se inicie pelos 20% das menores obras, que são creches e pequenas unidades de saúde nas pequenas localidades. Tenho certeza de que haverá um montante menor de recursos e um impacto naquelas pessoas que mais precisam do Estado brasileiro, que são as pessoas mais carentes.

Nesse início de semana, tem sido pauta da imprensa nacional, como os senhores devem estar acompanhando, a questão das obras paradas. Foi noticiado, por exemplo, que as creches públicas no País garantem vagas apenas a 30% das crianças e que, em 57% daquelas que estão em construção, as obras ainda não chegaram sequer à metade — o Sr. Gastão vai falar sobre isso. Em todo o País, há 2.400 creches em construção, com recursos oriundos do Governo Federal, mas esse percentual não chegou a 50%. Noticiou-se também que nós vamos cumprir apenas 50% da meta do Plano Nacional de Educação — PNE para 2024. Vejam que são assuntos dos mais complexos para o Estado brasileiro.

Vou tratar de mais duas informações muito estratégicas. Segundo fiscalização feita pelo Tribunal de Contas da União, 63,6% das obras do DNIT estão paradas hoje. Desses 63,6% de obras paralisadas, 10% são por falta de licenciamento ambiental e 39% são por falhas em projetos executivos, Deputado Raimundo Gomes de Matos — V.Exa. é uma das âncoras desse nosso trabalho. Temos nesta Casa um projeto de lei que trata do marco legal do licenciamento ambiental. Por isso temos essas informações.

Dos 45 mil contratos de repasse da Caixa Econômica Federal, apenas 7% estão no seu curso normal. Se o Brasil resolver a situação das obras paradas, nós já teremos prestado um grande serviço à Nação brasileira.

Convido para compor a Mesa o Sr. Gastão Dias Vieira, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, a quem agradecemos a presença; a Sra. Valdirene Daufemback, Diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN; e o Sr. Leonardo Victor Dantas da Cruz, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da



República. Esses são os nossos três convidados para este quarto eixo das audiências públicas. Muito obrigado. Sejam bem-vindos.

Agradeço ao Deputado Raimundo Gomes de Matos e a todos os Deputados que compõem esta Comissão.

Para esclarecer nossos expositores, esta é uma Comissão Externa composta de dois Parlamentares de cada região do País. Depois de ouvirmos os participantes dos oito eixos, vamos visitar algumas obras, duas por amostragem, em cada região do País. Seria oportuno que os senhores nos deixassem alguma sugestão ao final da apresentação.

Eu quero me desculpar com os senhores, porque vou participar apenas da primeira parte desta audiência. Sabemos que o orçamento do País é uma batalha muito complexa neste momento. Vou deixar a Presidência desta Comissão com o Deputado Raimundo Gomes de Matos, pois vou a uma reunião na Casa Civil.

Todas as apresentações estão disponíveis para a população no *site* www.camara.leg.br/cexobras, da Câmara dos Deputados, inclusive as da primeira audiência.

Concedo a palavra ao Sr. Gastão Dias Vieira, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, que tem um trabalho extraordinário. Já falei da nossa inspiração em relação ao SIMEC, sistema que acompanha todas as obras do órgão.

V.Sa. dispõe de 15 a 20 minutos para sua exposição.

O SR. GASTÃO DIAS VIEIRA - Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Zé Silva. Bom dia, meus companheiros da Mesa. Bom dia, Deputado Raimundo Gomes de Matos.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer o seu convite, porque, além de poder prestar esclarecimentos de ações sob responsabilidade do FNDE, pude voltar a esta Casa, que fez parte de toda a minha vida política, sempre na área de educação, sempre atuando como Presidente da Comissão de Educação. Guardo um imenso aprendizado adquirido nesta Casa, que tem me ajudado muito nos diversos lugares e nas diversas funções que ocupei.

Em segundo lugar, quero dizer que o FNDE foi concebido como braço financeiro da educação brasileira. Ele não é o órgão que planeja ações ou que



define políticas; ele é o órgão executor. O MEC define as ações, e o FNDE as paga, ou seja, dá-lhes a velocidade financeira adequada. Esse é o modelo que prevaleceu muito na década de 90, principalmente sob inspiração do Banco Mundial, que desejava que os Ministérios da Educação de vários países fossem órgãos definidores de política, e não órgãos executores de política. Abaixo do Ministério, havia uma empresa que funcionava de forma privada e que executava as ações. Partia-se do pressuposto de que essa ação teria mais velocidade se o ente encarregado de sua execução tivesse mais liberdade de atuação. O FNDE foi concebido assim.

Para usar bem o meu tempo, eu quero começar dizendo que lá fora muitos — até eu — têm uma visão um pouco distorcida do que é o FNDE. Lembro que quando eu fui nomeado, há 3 meses, os jornais sempre diziam: *“Ele vai dirigir um órgão cujo orçamento é de 50 bilhões de reais”*. Evidentemente, é um orçamento maior do que o de vários Ministérios, inclusive somados. É um orçamento enorme!

A percepção é que esse recurso está disponível para atender as demandas que nos chegam, o que também não é verdade, como eu vou mostrar aos senhores num quadro que nós preparamos e trouxemos para esclarecer melhor essa questão.

O FNDE tem certamente um futuro muito glorioso, digamos assim, na educação brasileira, porque o que ele executa impacta diretamente no resultado da educação. Ou seja, se nós temos ainda alguns desafios notáveis, em termos principalmente de melhoria na educação básica brasileira, são as ações do FNDE, que podem nos dar a medida de como esses programas estão acontecendo.

Torna-se absurdamente necessário um olhar muito forte para o FNDE, para que esse órgão desempenhe o seu papel de banco do Ministério da Educação, como eu o chamo.

Infelizmente, Sr. Presidente, nós estamos longe de ver isso acontecer. O FNDE é um órgão que tem uma estrutura de pessoal precária. O nosso quadro de pessoal é basicamente constituído por terceirizados, no máximo por aqueles concursados por 5 anos, com direito a uma renovação. Os funcionários não têm um plano de cargos e carreiras. Eles já começam a questionar a responsabilidade deles, quando têm que assinar qualquer coisa que possa implicá-los no Tribunal de Contas.



Este é um dado que eu vou revelar: o FNDE tem, desde a antiga Fundação de Assistência ao Estudante — FAE, cerca de 270 mil prestações de contas não examinadas. Isso cria um ambiente de fragilidade entre os funcionários, um ambiente de pânico, porque eles sabem que, a qualquer momento, a mão dos órgãos de controle ou do Ministério Público os alcançará. Outra coisa é que toda responsabilidade é exclusivamente do seu Presidente.

Eu preciso gostar muito de educação para entrar num desafio como esse. Como já tinha vencido um desafio muito parecido, quando fui Ministro do Turismo — assumi o Ministério em condições bastante desfavoráveis —, e por todo o meu tempo na educação e pela vontade de fazer as coisas acontecerem de forma mais racional, eu topei o desafio.

Falando de novo da minha experiência no Turismo, as obras que tinham um prazo determinado para terminar, como os campos de futebol e as arenas que nós preparamos para a Copa do Mundo, acabaram quando o jogo já ia começar. Havia dinheiro de PPP, dinheiro de crédito, dinheiro tomado em empréstimo. Mesmo assim era um susto desesperador ver as obras da Copa se arrastando, se arrastando, se arrastando.

Lá no Ministério do Turismo, coloca-se o dinheiro na conta da Prefeitura, via Caixa Econômica, que controla todo o fluxo de recursos, como licitação, etc. Se esse recurso não for movimentado durante 2 anos, o Tesouro Nacional vai lá e o pega.

Em média, Sr. Presidente, nós tínhamos 500 milhões depositados na Caixa Econômica, parados, literalmente parados, no primeiro ano, e que se movimentaram no segundo ano por uma coisa desesperadora: *“Liga!” “Passa e-mail para o Prefeito”. “Chama o Deputado”. “Diz para começarem a obra”. “O que está acontecendo?”*

Houve uma pressão enorme. Mesmo assim, ainda devolvemos 200 milhões, 250 milhões de uma emenda Parlamentar, depois de tanta luta para colocá-la no Orçamento, para aprová-la, para ter limite financeiro, para enviá-la ao Ministério. Se não houvesse uma tentativa de pressão, com certeza nós teríamos perdido cerca de 60% desses 500 milhões, 700 milhões.

No FNDE não é diferente, e há um agravante: nos anos 2013 e 2014, todas as metas foram expandidas. Íamos construir “x” creches, e, quando o PAC



incorporou os programas, dobrou-se essa meta. Empenharam-se os recursos, liberaram uma parcela pequena, e a obra teve início.

Em 2015, em 2016, foi uma lisura total. Praticamente não houve limite financeiro para que essas obras continuassem a ser tocadas. O que aconteceu? Simplesmente a maioria delas paralisou por falta de recursos financeiros que mantivessem o fluxo de empenho no pagamento.

Há outro problema, Sr. Presidente: o FNDE é diferente da Caixa Econômica Federal. A Caixa recebe o recurso, empenha-o por lá, dentro do seu critério, pede o contrato e o projeto e aprova a licitação. Depois de tudo pronto, dá ordem de serviço. A Prefeitura faz a primeira medição e, a partir daí, entra no fluxo contínuo — ou deveria entrar — de liberação desses recursos. Ou seja, tudo gira em torno da Caixa Econômica.

Esse tipo de sistema traz inúmeras reclamações, e algumas muito verdadeiras. A Caixa Econômica deslocou seus engenheiros que cuidavam das emendas Parlamentares para o Minha Casa, Minha Vida e não quis contratar gente nova. O engenheiro da Caixa só via as obras oriundas de emenda quando sobrava tempo de sua grande ação, que era o Minha Casa, Minha Vida.

O que fez o FNDE? Inverteu isso. A Prefeitura passou a assinar o termo de compromisso, a apresentar o projeto, que é internamente aprovado, e a dar ordem para a liberação de recursos. A partir daí, depende do engenheiro da Prefeitura; ele é que tem de alimentar o sistema.

Quero citar a presença do Dr. Leandro, nosso Diretor, que assumiu agora, do Dr. Mauro Formiga, assessor da Presidência, além dos dois assessores que nos acompanham, o Leonardo e a Poliana.

Continuando meu raciocínio, o engenheiro da Prefeitura alimenta o sistema e diz: *“Fiz o baldrame”*. Depois disso, ele põe 12 fotos no mínimo no sistema SIMEC. Essa informação chega aos técnicos do FNDE, que dizem: *“O.k”*. Se a fotografia bate com o que a necessidade indicada, nós liberamos o recurso.

Concedo 50% de audiências a Deputados e a Prefeitos. Eu digo que a demora na liberação dos recursos acontece porque o engenheiro da Prefeitura não alimenta o sistema. Se ele não o alimenta, eu não tenho como liberar recursos. Ou seja, isso é o inverso do que acontece na Caixa Econômica, mas o problema



continua o mesmo: falta de motivação para que os recursos sejam gastos com a maior rapidez possível.

É claro que há um problema. Há problemas? Há. Eu preciso garantir o fluxo de pagamento: mediu, pagou; mediu, pagou; mediu, pagou. Mas eu não consigo fazer isso — os senhores vão ver nos dados que vamos apresentar. O limite financeiro disponível tem de nos levar a estabelecer critérios para vermos quem vamos pagar ou não. Se 100% da obra estiverem concluídos, pagamos; se 80%, pagamos; tantos por cento de obra começada, pagamos. O dinheiro não dá, porque não correu à mesma velocidade da aprovação em 2013 e em 2014. Estamos trabalhando com um RAP, com Restos a Pagar enorme.

O Ministro Mendonça Filho está nos determinando fazer um estudo no sentido de cancelarmos o início de obras que, embora tendo empenho e às vezes até limite financeiro, não foram iniciadas e não abrimos nenhuma obra nova enquanto não virarmos o ano e não tivermos certeza, segundo proposta do Governo, de que a despesa do ano de 2017 vai ser igual à de 2016, mais a correção.

Nós não podemos, portanto, começar obras novas. Com isso, nós estamos aumentando o problema. Essa é uma decisão política grave que nós precisamos tomar.

Todo mundo tem um pouco de culpa dessas obras paralisadas. Em primeiro lugar, reconheço que o projeto inicial das creches, por exemplo, era complexo, considerando o nível de engenharia que nós temos nas pequenas cidades. Às vezes lá tem um engenheiro, cujo escritório funciona na Pasta dele, ou um mestre de obras que não consegue fazer a caixa d'água que foi projetada para a creche porque ela é complexa demais do ponto de vista da engenharia.

Temos também a demora no fluxo. Nesse caso, junta-se a fome à vontade de comer. É complexo. *“Se não me pagam, o que eu vou fazer? Vou abandonar a obra.”*

O Prefeito muitas vezes me diz: *“Ministro, eu vou tocar essa obra, mas quem vai me garantir que vocês vão me pagar? Eu já estou liso; meu FPM não dá para nada; eu estou pagando 100% de FUNDEB; e não dá nada para os 40%. O senhor ainda quer me empurrar essa carga? Eu não quero isso”.*



Em segundo lugar, tentou-se uma tecnologia inovadora. Queriam fazer uma creche tipo o Sarah Kubitschek, com blocos de armar, etc. Dividiu-se o País em quatro regiões. Através de licitação, permitiu-se a adesão de quatro empresas. A empresa que ia usar uma tecnologia inovadora, num País do tamanho do nosso, com a nossa complexidade, só entregou seis creches, considerando todas aquelas com as quais se comprometeu. O resto deixou lá. Esse é um problema, é um desafio que nós temos.

Eu louvo muito a sua iniciativa. Acho que quem vive da educação, quem pensa em educação defronta-se com o seguinte dilema: na maioria das cidades que foram atendidas com creches do Programa PROINFÂNCIA, as crianças vivem literalmente na rua, brincando muitas vezes na lama. Elas estão ali praticamente nuas, com o nariz cheio de catarro, com o corpo todo sujo daquela poeira. A criança que não recebe o benefício dessa creche que foi projetada passa com seus pais em frente a uma obra não concluída, cheia de urtiga de rato, cheia de capim, e prova a nossa incapacidade de fazer as coisas funcionarem.

Portanto, uma obra paralisada é um choque, quando você a compara com a miséria e com o abandono prevalecente. Essa é uma área em que o Brasil engatinha, em que não deu respostas ainda. Essa creche recebe crianças de zero a 3 anos. Depois vem a pré-escola, etc. Nós somos um fracasso nesse setor.

Como Presidente da Comissão de Educação, eu participei várias vezes desse debate. Havia uma coisa terrível. Diziam que a creche tinha que vir do setor público, que só ele poderia prover a sua necessidade, quando, na verdade, as boas experiências de creches vinham de entidades comunitárias, de igrejas, etc. Eles não recebem dinheiro, a não ser para pagar professores, porque há um empoderamento ideológico, digamos assim, de que tudo que vem do setor público presta e de que tudo que vem de uma entidade ou do setor privado não presta. Nesse choque de ideias, esse é um programa que não deslança. É um desafio.

Hoje o mundo inteiro sabe que a criança que frequenta uma creche, que come adequadamente, que convive com outras crianças num ambiente limpo e sadio, que ouve alguém ler para ela, a partir da pré-escola, tem um desenvolvimento completamente diferente de uma criança que não teve nada disso.



Nós estamos diante de um desafio crucial, Deputado. Nós somos políticos. Somos nós que vamos mandar nesse Município. Três anos depois, alguém vai nos cobrar aquela creche inacabada.

O dia 31 de dezembro de 2016 está se aproximando, e o dia 1º de janeiro de 2017, quando assumem os novos Prefeitos, também está se aproximando. Algumas vezes a coisa é tão terrível que pode acontecer de, no dia 31 de dezembro, sacarem literalmente todo o saldo do FNDE que havia na conta da Prefeitura. Esse não é absolutamente um problema fácil, mas tem de ser enfrentado.

Hoje de manhã, Leandro, eu vi que o Presidente Temer vai anunciar as obras de creches e pré-escolas inacabadas — mais 375. Nós temos uma luz do ponto de vista financeiro, mas precisamos da ajuda dos senhores para colocar freios nessa questão da liberação dos recursos.

O Dr. Leandro e eu estamos cuidando para que o Banco do Brasil nos ajude no sentido de liberar dinheiro somente às empresas que ganharam a licitação para construção de creches e que estão tocando as obras. Nós pegamos o CNPJ dessa empresa e avisamos ao Banco do Brasil: *“Qualquer movimentação nessa conta que não seja com esse CNPJ, por favor, liguem para nós, para vermos o que está havendo”*. Isso pode evitar o saque no final do ano. Não estou generalizando, por favor, mas estou dando um pequeno exemplo, que é forte, para que não saquem esse dinheiro da conta da empresa para outro destino ou para um terceiro. Está praticamente fechado. Nós estamos atuando com o Banco do Brasil, etc.

No caso das obras inacabadas, paralisadas, nós estamos trabalhando com o Tribunal de Contas — se isso sair do seu relatório será uma grande ajuda — para que ele autorize o FNDE a complementar o que falta para terminar essa obra, sem evitar a punição do responsável. Queremos botar dinheiro novo nessa obra. Se faltam 200 mil para concluir a obra, muda-se o projeto, caso ele seja luxuoso.

As pessoas se lembram muito de uma lição de Anísio Teixeira, que dizia que a criança aprende mais quando está numa escola limpa, bonita e encantadora. Só que nós não temos dinheiro para fazer essa escola limpa nas condições que estão propondo. Podemos fazê-la limpa, mas, se o projeto pede piso de alta resistência, mármore, etc., vamos botar cerâmica, para tentar acabar essa obra. Mas nós



precisamos de autorização para por dinheiro novo em cima de uma obra em andamento. Isso é um desafio.

Depois passamos para os Estados. Chamamos os responsáveis e lhes perguntamos: “*Você quer ficar com essa creche inconclusa*”? “*Quero.*” “*Ponha dinheiro seu, e nós damos os equipamentos, mas vamos acabar com a obra dessa creche.*”

Enfim, são várias as alternativas que estão sendo estudadas. O Ministro Mendonça Filho demonstrou extrema preocupação. Ele quer priorizar as pré-escolas e quer concluir as creches.

Nós estamos vendo alternativas. Vimos a experiência de Petrolina, em Pernambuco, numa creche chamada Sementeira. Ela funciona em moldes um pouco diferentes do que nós imaginamos para o nosso Programa PROINFÂNCIA.

Nós trouxemos o sistema SIMEC para lhes apresentar. Podemos fazer um exercício com determinado Município para os senhores verem como ele funciona. Aproveitando meu tempo restante, eu pediria que o Leonardo entrasse no sistema para que possam vê-lo.

O SR. LEONARDO MILHOMEM REZENDE - Vamos à apresentação, então.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui temos o Módulo Monitoramento — Obras 2.0, do Sistema Integrado de Monitoramento do Ministério da Educação — SIMEC.

A imagem mostra uma visão de utilização, uma visão de trabalho que nós temos com os dados da obra. Escolhemos uma quadra coberta no Município de Iturama financiada com recursos do PAC. Os dados básicos da obra são endereço, localização georreferenciada e contatos do Município.

Em seguida aos dados da obra, parte-se para a licitação — as informações sobre os documentos estão contidas em arquivos e devido ao tempo não vou baixar todos, mas é possível baixar o edital publicado —, a abertura da proposta e a homologação da licitação.

Esta imagem é de uma obra que já está concluída, por isso essas etapas já foram todas superadas.



Também temos a etapa de contratação. O aviso mostra que a obra, na verdade, já está concluída. Conseguimos ver a obra de serviço, por exemplo, e o termo aditivo utilizado por essa obra. Tudo isso é na fase de contratação.

Nós temos um cronograma. Em toda obra são apresentadas as etapas e o cronograma de execução da obra, onde se vai calculando o percentual de avanço.

Vistorias. O Município e/ou a nossa empresa de supervisão faz e insere as informações sobre vistoria. A seguir, a vistoria da conclusão da obra. Na última vistoria, temos os dados de quem a fez e a data de sua realização, documentos anexos, campo de observação, avanço — com base naquele cronograma anterior — e fotos inseridas. Há fotos em ângulos diversos que comprovam a execução final da obra.

Todas as obras do FNDE precisam estar cadastradas nesse sistema e precisam ser monitoradas por ele.

A seguir, a etapa final de conclusão dessa obra.

Existem outras abas de trabalho onde conseguimos acompanhar, por exemplo: os recursos: desembolsos, número do termo de compromisso, processo, empenho, valor do pagamento efetuado, percentual a que isso se refere, quando foi pago e efetivado. Também conseguimos ver, por processo, o saldo da conta corrente do Município nesse processo. Aqui, na verdade, a obra foi executada e sobrou um recurso de cerca de 6.500 mil reais, provavelmente devido aos rendimentos da aplicação financeira. Existem também documentos que podem ser gradualmente anexados à Anotação de Responsabilidade Técnica — ART. Há documentos diversos que a Prefeitura pode ir inserindo.

Restrições e inconformidades. A obra a seguir não teve nenhum tipo de restrição. O nosso monitoramento mostrou que a obra foi executada sem nenhum tipo de problema, portanto não há restrição e não houve inconformidade. O Município consegue fazer a solicitação de desembolso e solicitações diversas por meio desse Sistema.

Apresentei uma visão bem rápida de trabalho, mas também há a visão de consulta, que é uma visão aberta.

O Sr. Presidente do FNDE gostaria de falar?



O SR. GASTÃO DIAS VIEIRA - Gostaria apenas de informar que a ideia que nos move é permitir que o Deputado, do seu gabinete, com seu assessor, acompanhe, dentro da sua área de atenção política, toda a movimentação da obra. Isso evita que ele tenha que sair para obter os dados que podem ser obtidos pelo gabinete. Para isso, nós estamos treinando os assessores de cada gabinete. Fizemos uma primeira grande reunião e vamos fazer a segunda. Estamos dispostos a dar cursos rápidos de formação e a transformar o Deputado, e este é o ponto final que desejamos, num agente do FNDE na área em que ele atua politicamente: *“Olha, a obra está atrasada”*. *“A obra está adiantada”*. *“A obra está adiantada e vocês não pagaram”*. *“Do jeito que está indo não vai”*.

Nós já tentamos de tudo. Eu acho que o Deputado é o mais indicado para acompanhar o processo. A emenda é do Deputado, ele teve de optar entre favorecer determinado Município e não outro, então o maior interessado em que essa emenda seja executada é o Deputado.

Nós queremos abrir esse espaço para a sociedade. E nada de senha. Hoje ainda há opção, ou você entra direto ou você entra no SIMEC, mas precisa ter senha. A ordem é acabar com senha e deixar a sociedade acompanhar toda a movimentação do recurso da obra do FNDE. Isso tem a concordância e o apoio do Ministro Mendonça Filho.

Sr. Presidente, V.Exa. quer saber a quantidade de obras atrasadas que nós temos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Sim, eu gostaria.

O SR. GASTÃO DIAS VIEIRA - Nós sempre falamos no que está atrasado e nunca no que foi concluído, não é? Nós temos 10 mil obras concluídas. Há neste momento de dificuldade de dinheiro, etc., 8.794 obras em execução; 1.571 obras paralisadas; 6.068 obras não iniciadas e que, provavelmente, não serão iniciadas este ano, por conta de todas as dificuldades orçamentárias; 624 obras inacabadas — aquelas largadas ao léu, no tempo —; 1.262 obras canceladas por diversos motivos. Portanto, no total geral, o FNDE tem 28.406 obras.

Eu vou deixar esses quadros todos com V.Exa., Sr. Presidente.

Quanto às creches, por meio do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil —



PROINFÂNCIA, foram entregues 3.292 creches, e espero que estejam em funcionamento. Estão em execução 2 mil obras; paralisadas, 575 obras; não iniciadas, 2.398; inacabadas, 354; canceladas, 188.

Afirmo com toda a tranquilidade que as obras não iniciadas são por culpa tanto nossa, do FNDE, quanto do Prefeito. Criamos um projeto complexo, difícil de ser iniciado. A licitação contemplou quatro empresas do Brasil e essas empresas não deram conta do recado — como estava na cara que não iriam dar em um país tão diferente como o Brasil.

São prioridades tanto a creche, quanto a pré-escola. Então, além do dinheiro que o Presidente Michel vai dar para concluirmos essas obras, estamos fazendo um grande esforço interno no sentido de concluí-las rapidamente, Presidente.

Eu quero encerrar agradecendo e dizendo que eu, o Mauro, o Leonardo e o Leandro estamos à disposição dos Deputados para qualquer esclarecimento.

Eu costumo dizer uma coisa: o orçamento do FNDE era de 5 bilhões e hoje é de 50 bilhões, ou seja, cresceu 10 vezes. Nesse período, o Tribunal de Contas se equipou, fez concurso, adquiriu os melhores equipamentos e desenvolveu um sistema de TI maravilhoso. É uma luta desigual de David contra Goliás. Estou parado no tempo, porque não tenho como sair do lugar, a não ser que seja dada a prioridade absoluta que um órgão com esse orçamento merece. Tenho de ter essa prioridade.

O Tribunal de Contas apenas colocar acórdão, multar etc... Tudo bem, isso faz parte do jogo, mas não resolve nada. O que resolve é o Tribunal de Contas nos ajudar a encontrar alternativas para essa situação.

Sr. Presidente, se V.Exa. quiser me acompanhar, semana que vem eu vou começar uma série de visitas a oito Ministros do Tribunal de Contas para dizer a eles, politicamente, o seguinte: pode multar, mas nos ajudem a sair desse atoleiro. Com 270 mil processos de prestação de contas não examinados, como eu vou conseguir?

Consumo minha energia todo dia por conta dessa história de processo não examinado, porque a responsabilidade é toda do presidente do órgão. Eu sou responsável por tudo o que acontecer no período em que eu for Presidente. Então, lhe digo que, apesar do prazer e da alegria de estar no FNDE, isso é um pesadelo



constante e espero que o senhor me ajude a despertar de bom humor depois desse pesadelo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zé Silva) - Eu quero agradecer e cumprimentar aqui o Presidente do FNDE e toda a equipe presente.

Eu disse no final que o projeto de lei que nós propusemos foi inspirado no SIMEC e no sistema do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT. Existem outros sistemas no Governo, mas nos inspiramos principalmente nesses dois.

E vou fazer uma confidência aqui, até porque o Presidente nos fez uma homenagem. Iturama, a minha cidade, fica no Pontal do Triângulo, e o Ginásio de Esportes do Taquaral, que está na Olimpíada, foi onde o Maurício do Vôlei, que era filho de um assentado, iniciou sua carreira. Ele saiu do meio rural por falta de apoio no assentamento e foi trabalhar em Iturama como servente de pedreiro, ao lado desse Ginásio. E, hoje, é o Maurício do Vôlei. Agora ele tem um projeto social, iniciado este ano, e as 400 crianças atendidas utilizam esse Ginásio. Vocês não sabiam disso, não é?

A maior rede de televisão do Brasil mostrou a história do Maurício. Eu e a minha esposa somos funcionários da EMATER e acompanhamos a história dele desde os 5 anos ou 6 anos, quando estava no assentamento. Hoje ele é um baita atleta; falou para mim que, depois de jogar vôlei, quer ser político. Eu falei: *“Pense bem, Maurício”*. (*Risos.*)

Sr. Presidente do FNDE, eu quero cumprimentá-lo pela qualidade do trabalho. Vou acertar com V.Sa. uma agenda, porque eu quero estar presente a pelo menos uma dessas audiências junto ao Tribunal de Contas. Eu acho que existem muitas ferramentas modernas de gestão e de transparência, e esse é um dos exemplos.

Eu quero passar a Presidência ao Relator Deputado Evair Vieira de Melo, pois vou à Casa Civil tratar de orçamento.

Contem com a nossa Comissão em relação a essa decisão política. É preciso que o FNDE tenha funcionários de carreira. Não que os terceirizados não façam um bom trabalho, mas os de carreira têm outro comprometimento, por saberem que a



história de vida profissional deles será lá. Então, contem conosco para este desafio que o senhor levantou aqui.

Quero pedir desculpas à Sra. Valdirene e ao Sr. Leonardo pela minha ausência. Depois de ouvir o Deputado Raimundo Gomes de Matos, eu sairei para cuidar da questão orçamentária. Mas saio daqui sabendo que, nesse quarto eixo das nossas audiências — serão oito audiências —, nós estamos conseguindo juntar muito material importante para a revisão do arcabouço legal, a fim de garantir que as obras não fiquem paradas.

Passo a palavra ao Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Passo a Presidência ao Deputado Evair Vieira de Melo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO GOMES DE MATOS - Rapidamente, enquanto o Deputado Evair Vieira de Melo assume a Presidência, eu quero parabenizar o nosso grande Gastão e também a sua Assessoria, com quem temos mantido contato, e dizer que realmente nós precisamos nos mobilizar junto com os gestores municipais.

A indagação que eu faço é se também as Câmaras Municipais vão ter acesso a esse sistema, porque é de suma importância que elas monitorem os seus Municípios.

Infelizmente, Sr. Presidente, eu não vou permanecer, porque o Presidente Michel Temer vai oficializar a liberação dos recursos para a revitalização da Transposição do Rio São Francisco, e, como Presidente desta Comissão Externa, daqui a uns 5 minutos terei de ir ao Palácio do Planalto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evair Vieira de Melo) - Bom dia a todos.

É uma alegria assumir os trabalhos desta Comissão tão importante. Quero agradecer ao nosso Gastão Dias Vieira. Nós somos meio parentes, não é, Gastão? Vieira é tudo parente *(risos)*.

O SR. GASTÃO DIAS VIEIRA - Vieira é tudo parente. E somos parentes também do Padre Antônio Vieira *(risos)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evair Vieira de Melo) - Passo a palavra imediatamente para a Sra. Valdirene, Diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional — DEPEN, para fazer sua explanação.



A SRA. VALDIRENE DAUFEMBACK - Obrigada, Deputado Evair Vieira de Melo. Agradeço a todos os presentes pela oportunidade de compartilhar com vocês algumas informações sobre as obras do Departamento Penitenciário Nacional.

O tema desta Comissão é extremamente relevante, como já foi apresentado pelo Presidente, e parece-nos essencial o esforço de todos os órgãos do Governo Federal para a otimização dessas obras.

Eu imaginei que eu tinha problemas, mas, ao ouvir o Dr. Gastão, já saio daqui um pouco mais confortada, porque o nosso orçamento e a quantidade de obras são bem mais modestos.

Podemos ilustrar esta audiência com uma experiência completamente diferente. Diversamente do FNDE, nós executamos obras com os Governos Estaduais e não com os Municipais. Nós temos uma mandatária, que é a Caixa Econômica, não executamos as obras diretamente. E temos uma realidade, em termos de aceitação das nossas obras, bastante diferente da realidade das escolas e dos demais equipamentos públicos de educação. Então, nós temos uma contingência, em termos de experiência, bastante distinta, e creio que, para a Comissão, essa experiência pode ser válida, no sentido de buscar boas práticas e soluções nacionais.

Muito rapidamente, eu queria situar V.Exas. em relação à relevância das construções para as vagas no sistema prisional, porque isso vai dar um pouco do tom de como nós administramos as nossas obras.

Hoje, em carteira, o DEPEN tem 125 obras, das quais 42 estão paradas. Isso quer dizer que já estamos melhores do que a média nacional de 60%, que foi falada aqui. Nós temos em torno de 33% das obras paralisadas, numa carteira com aproximadamente 1 bilhão e 100 milhões de recursos para obras, estando paralisados 308 milhões. Então, sinto-me um pouco mais gratificada e confortada ao perceber que nós estamos com uma execução de obras um pouco melhor do que a média nacional.

Nós trouxemos isso muito rapidamente, justamente para V.Exas. entenderem qual é a relevância das obras do Sistema Penitenciário Nacional e dos Estados, uma vez que, de fato, o Departamento Penitenciário Nacional, do Governo Federal, apoia os Estados numa parcela relativamente importante, mas os Estados também têm



investimentos próprios em obras para tentar dar conta desse déficit, que está em torno de 250 mil vagas hoje no Brasil.

Nós temos algo em torno de quase 300 mil vagas em estabelecimentos prisionais de todos os regimes e um déficit de 250 mil vagas. Qual é o nosso dilema nesse tema? A nossa política não consegue fazer um planejamento adequado de tudo — de vagas, de serviços, de profissionais —, porque não temos a chave da porta de entrada da prisão nem a chave da porta de saída. Quem as tem são o Judiciário e os demais órgãos do sistema de Justiça.

Numa política de saúde ou de educação, é possível calcular uma projeção de aumento de equipamentos relacionada ao aumento da população brasileira. No entanto, não conseguimos fazer isso em relação à população prisional.

Nos últimos 20 anos, a população prisional cresceu 575%. Não há recursos públicos, em termos de servidores, de custeio ou de investimentos que deem conta disso. Dessa forma, há uma precarização bastante endêmica da política.

Nesse cenário, o Governo tem feito muito esforço para ampliar o número de vagas, uma vez que estão postas as cenas que V.Exas. já conhecem da situação do sistema prisional brasileiro no que tange à superlotação. Houve um esforço muito grande em 2011, justamente com o Programa de Apoio ao Sistema Prisional, que preconizava 45 mil vagas e havia 1 bilhão disponível para isso.

Hoje, esse programa nacional é o maior número de obras que nós administramos: 99 dessas 125. Elas já estão em andamento há 4 anos, indo para 5 anos, com apenas pouquíssimas obras inauguradas. São apenas duas obras inauguradas entre as que estão em execução há 5 anos.

Eu vou deixar esses dados à disposição, mas queria chamar a atenção de V.Exas. para isso. Esse contexto da construção de vagas nasce numa situação de aumento muito grande da população prisional.

No decorrer desses anos, nós começamos a aprender que a ampliação de vagas não é suficiente para lidar com a questão do fenômeno do superencarceramento. Temos trabalhado no sentido de produzir alternativas penais que não gerem mais privação de liberdade e uma racionalização do uso da prisão para crimes mais graves, deixando alternativas penais de responsabilização para outros tipos de crimes que não sejam aqueles apontados pela Justiça como



necessariamente passíveis de pena de privação de liberdade, até porque o ingresso dessas pessoas na prisão causa uma série de fatores colaterais, do ponto de vista social, que depois viram custeio.

Com relação aos nossos investimentos, para que V.Exas. tenham uma noção, o Departamento Penitenciário Nacional tem um orçamento modesto. Neste ano, girou em torno de 260 milhões. O maior orçamento que nós tivemos foi no ano de 2011, quando nós tivemos esse grande investimento em obras. Nós temos ampliado bastante o percentual da execução orçamentária. Como os senhores podem ver, no segundo gráfico, aquela barrinha azul mais sobressalente indica justamente o ano em que nós mais repassamos recursos para os Estados — o repasse é relativo às vagas.

No próximo eslaide, temos informação precisa de como está o estágio das 125 obras apoiadas pelo Departamento Penitenciário Nacional. Nós temos aqui várias classificações envolvendo aquelas obras: em análise no DEPEN; em análise na Caixa Econômica; licitação; estágio das obras já iniciadas — obra executada até 30%, entre 30% e 60%, acima de 60%, obra paralisada. Na verdade, agora nós temos 42 obras paralisadas, mas estão ali apontadas 41, com valor de repasse de 308 milhões de reais, como eu falei.

Em termos de vagas entregues, os senhores veem números ali — até 2010; de 2011 a 2014, quase 10 mil vagas; e de 2015 a 2016, em torno de mil vagas. Nós estamos lidando com esses números.

Se quiserem verificar também a distribuição desses recursos por Estado, montamos um gráfico para isso. Nós temos uma distribuição equitativa, respeitando as necessidades dos Estados da Federação republicana.

Como nós fazemos a distribuição desses recursos? A última vez que nós financiamos obras foi em 2011, Deputado. Depois de 2011, passamos a fazer a gestão das obras. Nós tomamos essa decisão política a partir de 2012. Enquanto não conseguíssemos entregar as obras que estavam em andamento, nós não financiaríamos outras. E está sendo assim até agora. Essas 125 obras estão sendo administradas por nós.

Em 2011, quando nos vimos com a possibilidade de disponibilizar mais 1 bilhão de reais para os Estados, nós fizemos um estudo. Qual o maior problema em



termos de déficit carcerário no Brasil? Presos em delegacia. A situação dos presos em delegacia é muito mais crítica do que a dos que estão sob a custódia das Secretarias de Administração Penitenciária ou congêneres. A custódia da delegacia é temporária, então não há serviços, não há profissionais, não há espaço para pátio para o preso tomar sol. Tudo é muito precário. Então, na época, o Governo fez um levantamento de presos que estavam em delegacia e disse: *“Vamos distribuir recursos proporcionalmente ao déficit de vagas, ao número de presos em delegacia, presos provisórios”*. E fez um projeto referência no sentido de contribuir para que os Estados pudessem ultrapassar essa fase.

Não são diferentes, como o Dr. Gastão explicou, as dificuldades da nossa equipe técnica. Hoje, 50% da nossa equipe técnica no DEPEN está aqui nesta sala — o Antônio Carlos, nosso engenheiro, que está aqui na frente. O outro engenheiro ficou lá, senão a lojinha fecha. E nós temos uma equipe administrativa e jurídica que acompanha os nossos engenheiros. Mas é uma equipe extremamente reduzida.

Nos Estados não é diferente. Nos Estados a Secretaria de Obras constrói de estrada a usina. A equipe desconhece a especificidade do sistema prisional. Então isso gera muitos problemas, também, de compreensão de projetos. O que nós fizemos? Um estudo sobre um modelo, um padrão arquitetônico que fosse adequado, respeitando as regiões bioclimáticas. Oferecemos aos Estados seis projetos que eles poderiam adotar. Com isso, ultrapassariam a fase de confecção dos projetos, restando a eles fazer os projetos executivos.

Muito bem. Isso foi um aprendizado, isso eu já deixo como uma sugestão para os órgãos do Governo Federal, a possibilidade de oferecer projeto referência, porque tanto a equipe técnica dos Estados quanto a dos Municípios têm dificuldades no sentido de projetar obras.

Feito isso, os Estados apresentaram, em 2011, projetos para utilizar aquele montante de recurso que foi disponibilizado para cada Estado a partir do déficit de vagas, do número de presos provisórios em delegacia. Alguns Estados não conseguiram apresentar seus projetos, não quiseram adotar o projeto referência do DEPEN. E depois de um longo período de negociação, dois Estados não conseguiram recursos em 2011. Os demais tiveram recursos disponíveis e estão executando as obras, cada um com a sua dificuldade e agonia.



O que nós também percebemos no decorrer desse período de execução? Nós temos, por conta dessas dificuldades técnicas, às vezes dificuldades também para informação sobre as obras. Passamos a fazer, a nossa grande Coordenação de Engenharia e Arquitetura do DEPEN, visitas técnicas que pudessem, a partir de determinado estágio de execução da obra, orientar, buscar informações e buscar soluções em parceria com a Caixa Econômica Federal, que é a nossa mandatária, para que aquela obra avançasse. Isso também tem surtido efeito.

Outra boa iniciativa, Deputado, foi buscarmos a construção de conhecimento específico na área de engenharia e arquitetura prisional. Já fizemos dois seminários nacionais, com discussões sobre várias questões, sobre o partido arquitetônico, sobre as modalidades construtivas inovadoras, sobre a necessidade de integração com as demais políticas. No sistema prisional, uma etapa tem a ver com custodiar pessoas; as outras tantas têm a ver com a inclusão de políticas nos estabelecimentos prisionais. Temos que prever espaços para receber essas políticas, porque, se não o fizermos, depois não vai haver saúde, depois não vai haver educação, depois não vai haver trabalho. Então, nós temos feito esses seminários de forma a buscar essa qualificação nacional para a atuação nessa área.

Nós também, entendendo o interesse em fóruns como este de acompanhamento das nossas obras, publicamos mensalmente no *site* do DEPEN um relatório com dados até mais complexos do que estes que estou trazendo sobre o andamento das nossas obras. Os senhores podem encontrar no www.justica.gov.br, dentro da aba Política Penal, obras do Departamento Penitenciário e relatórios mensais sobre o acompanhamento de cada obra, o estágio de cada obra — obras paralisadas, recursos que estão paralisados, aquelas que foram entregues.

Isso tem ajudado também na fiscalização, porque, nessa relação com a mandatária, que é a Caixa Econômica — e como já foi explicado aqui pelo Dr. Gastão, após a aprovação da obra pelo DEPEN, dentro dos parâmetros de uma resolução que nos orienta, a Resolução nº 9/11, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que dá as diretrizes para construir obras prisionais no Brasil —, a Caixa é que vai acompanhar e aprovar todas as etapas. A partir da fiscalização e da medição da Caixa é que nós temos mais informações sobre essas obras. Como



nós fazemos esse trabalho de acompanhamento com as Secretarias Estaduais de Administração Penitenciária, também temos informações de checagem para tentarmos chegar a um diagnóstico nacional mensal que possa ser contundente.

Outro aprendizado que nós tivemos nesse processo foi a liberação de recursos financeiros só após a medição da Caixa. No passado, antes de 2012, o DEPEN repassava recursos integrais para o Estado a partir do fechamento da obra. Se a obra custasse 30 milhões, esses 30 milhões seriam liberados após aprovada a obra. Agora, não. Repassamos o recurso, em uma primeira medição, em torno de 15% a 20%, e o restante do recurso à medida que a obra avança. Isso faz com que não percamos esses recursos para o Estado, uma vez que a obra pode ser cancelada, etc. Então, este também, Deputado, é outro aprendizado que recomendamos para todas as obras públicas federais.

Ainda temos, de fato, dificuldades com as licitações. São bastante conhecidos casos em que as empresas investem em um projeto e, depois, não têm dinheiro em caixa para manter a obra, etc. Com o apoio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, nós desenvolvemos uma formatação de RDC prisional. O Regime Diferenciado de Contratações Públicas — RDC é uma possibilidade em obras públicas, já foi ampliado pelo sistema prisional, mas precisava de orientações do Departamento Penitenciário Nacional. Nós fizemos isso e já está à disposição dos Estados. Nós ainda estamos em um projeto-piloto com Santa Catarina. Nenhuma obra do RDC prisional, na modalidade integrada, foi executada, mas isso está em plenas condições de acontecer.

O RDC prisional tem uma série de vantagens, como todo RDC. Ele tem garantias com relação à execução e à qualidade da obra. Ele inverte fases e faz com que tenhamos um pouco mais de planejamento e segurança na execução da obra. Não é mais fácil, talvez seja mais difícil do ponto de vista técnico, porque tenho que pensar as coisas mais antecipadamente, mas tenho mais segurança de que essa obra vai terminar. Então, nós temos apostado nisso também como uma alternativa.

Em relação à realidade do sistema prisional, a construção de um estabelecimento prisional não é uma obra muito benquista pela população. Há muito estereótipo em torno do que significa ter uma prisão dentro da cidade. Ora, o crime não se dá enquanto si mesmo, ele se dá em sociedade. Nós produzimos o crime. A



prisão é uma forma de nós termos justamente o controle disso em alguns casos. Não podemos querer expurgar isso da nossa sociedade, porque ainda está muito arraigado.

O gestor, muitas vezes, quando consegue um terreno e a aprovação do projeto no DEPEN, faz todo um trabalho de mobilização social. Todavia, a população não quer a construção do estabelecimento prisional em sua cidade. Por exemplo, na construção de uma obra havia licença ambiental, o terreno era do poder público, a desapropriação foi feita, estava tudo certo, mas o Prefeito, na Câmara de Vereadores, mudou a gestão. Agora, não se quer mais essa obra. Esse é um exemplo de boa parte dos problemas relativos às nossas 42 obras que estão hoje paralisadas. Eu acho que essa é uma realidade que outras áreas talvez não enfrentem.

Nós também construímos uma solução com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que não foi adiante. E peço ajuda a esta Casa no sentido de que os planos diretores das cidades tenham áreas próprias para a construção de estabelecimentos prisionais, assim como outros serviços públicos que não estão previstos, como Corpo de Bombeiros, Delegacia de Polícia, etc. Por quê? Porque nós precisamos ter esses equipamentos públicos. Quando não há espaço, pedimos terrenos dentro do Município, o que faz com que fiquemos suscetíveis a esse tipo de negociação. E mais, a tendência é que a obra seja construída nos piores terrenos, por isso as nossas obras são caras, porque são feitas em cima de pedreiras, ao lado de lixão, em barrancos.

Hoje, no Brasil, uma vaga no sistema prisional custa, em média, 45 mil reais. Mas temos vagas de 32 mil reais e também de 65 mil reais. Isso tudo depende da localização do terreno e da licitação que foi realizada. Boa parte de nossos problemas tem a ver com isso. A previsão dessa área no planejamento da cidade, do espaço urbano, pode ser uma das soluções que esta Comissão poderá nos ajudar a encontrar.

Há também a fantasia de que esses estabelecimentos precisam ficar longe da área urbana. Vejam, se eu desloco esse estabelecimento para longe da área urbana, toda a rede de serviços também se desloca para lá. Inclusive, as pessoas



que vão visitar os presos ou trabalhar na prisão também se deslocam para lá. Isso causa um problema na lógica urbana.

A prisão, desde que tenha um cinturão em torno do terreno, é mais segura dentro da cidade do que fora dela. No planejamento da cidade, ela é menos onerosa para o Estado. É preciso ter vias de telefonia, vias urbanas, serviços que cheguem a essa cidade. Não estou dizendo que ela será construída no centro da cidade, não é isso. Mas pensemos na possibilidade de o estabelecimento prisional ser construído na área urbana, de maneira que os serviços possam ser acessados, os presos possam ser levados às audiências, os atendimentos médicos possam ser feitos, quando necessários, fora do estabelecimento, sem que isso vire um transtorno, que os servidores públicos possam trabalhar de forma tranquila nesse estabelecimento, sem que tenham que viajar durante 1 hora, 2 horas, todos os dias, causando problemas até nos plantões.

Com o tempo, o servidor que viaja mais de 1 hora por dia troca plantões com os demais, o que gera um problema de gestão interna, porque ele trabalha 5 dias trocando o plantão com outro servidor, para não ter que se deslocar todos os dias. Então, é preciso pensar esse conjunto de coisas na hora de localizar o estabelecimento prisional.

Acho que mostrei aos senhores um pouco das nossas principais propostas, aprendizados e estratégias de gestão nessas 125 obras, de forma que tenhamos uma condição de execução razoável. Digo razoável porque também não estamos satisfeitos com o prazo de 5 anos, em média, para a construção de um estabelecimento prisional. Isso tem a ver com atrasos na aprovação de projetos, com dificuldades quanto a terrenos e licenças que ainda não foram superadas.

Mas temos certeza de que oferecer projetos-referência e assistência técnica ajuda os Estados nesse processo. E muito nos interessa esse sistema que foi aqui apresentado, assim como o que o Ministério da Saúde tem, para gestão de obras. Esse sistema nos falta. Então temos feito a gestão de 125 obras em planilhas do Excel. Isso é uma coisa bastante dura.

Eu queria comentar com os senhores que, nessa fase de pensar o futuro, estão em construção duas outras iniciativas de projetos complementares. Já terminamos o partido arquitetônico. Uma é a do semiaberto.



Nessa apresentação, os senhores podem ter uma ideia do nosso partido arquitetônico. Nós escolhemos um modelo compacto. No centro, no partido arquitetônico, temos um área comum, para atividades coletivas, e, no entorno, as áreas de serviço e alojamento. Na parte de trás, temos os módulos de trabalho e, na parte da frente, os de recepção.

Essa construção é para regime semiaberto, quando a pessoa já está no final do cumprimento da pena. E esperamos que ela tenha bastante contato com a comunidade, de forma que isso possa facilitar o processo de inclusão social, intermediando-se o regime fechado e a concessão de liberdade.

Esse projeto foi desenvolvido em parceria com os Estados, num processo longo, de 8 meses. E agora estamos desenvolvendo projetos complementares, para que possam ficar disponíveis para os Estados, caso queiram adotá-los. Nós ainda não temos a confirmação de recursos para o DEPEN apoiar esses projetos. Nós temos um déficit bastante importante. O eslaide anterior mostra a quantidade de déficit, em uma tabela.

Conforme a tabela abaixo, temos um déficit de 54 mil vagas no regime semiaberto. O que isso significa? As pessoas estão aguardando vagas no regime fechado. Logo, no sistema prisional, as cadeias, as penitenciárias estão lotadas, porque as pessoas não conseguem progredir de regime no semiaberto.

O outro projeto, Deputado, é desses módulos de educação e de trabalho. Temos outra grande deficiência no sistema prisional, não só a de vagas: a falta de espaços para que as pessoas possam ser inseridas em políticas públicas, de forma inclusive a gerar remição, profissionalização e a fazer girar mais rápido a vaga no sistema prisional.

Quando a pessoa estuda ou trabalha, três dias da atividade correspondem a 1 dia de remição de pena. Isso significa que ela vai ficar menos tempo na prisão e então haverá mais vaga no sistema prisional. Então, isso gera vaga. Nós temos apostado nessa política por isso, e porque acreditamos, também, que essas pessoas precisam ser encaminhadas para um outro projeto de vida, senão não vamos estar cumprindo o nosso papel como Governo, no sentido de buscar outras alternativas de reinserção social.



Eu vou ficar à disposição dos senhores para dirimir qualquer dúvida. Espero ter contribuído para o debate. E reitero que esses relatórios estão disponíveis no *site*, com detalhes de cada obra. Hoje temos, no Acre, duas obras em andamento; em Alagoas, uma; no Amazonas, três; no Amapá, quatro; na Bahia, outras tantas, e por aí vai. Os senhores podem consultar no *site* sobre cada obra dessas, quais são, qual é a capacidade e quanto ao estágio de execução.

Muito obrigada pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Evair Vieira de Melo) - Eu agradeço à Dra. Valdirene.

Vou convidar o Deputado Luiz Cláudio para assumir os trabalhos.

Mas, antes, quero deixar registrada a minha observação. É impressionante a capacidade que nós temos de burocratizar o Brasil. Digo isso até pela minha formação em gestão de projetos, com as competências isoladas. Como as entidades, as empresas, os órgãos, os Ministérios nacionais operam como se fossem membros fora de um corpo? Como o Governo Central não consegue construir uma agenda de gestão, para que tenhamos o mesmo alinhamento, o mesmo direcionamento? E, aí, o Brasil se torna uma indústria de ordens de serviço dadas de forma irresponsável. Muitas dessas obras paralisadas, na educação, no sistema penitenciário e nos nossos aeroportos regionais, são fruto da irresponsabilidade, são fruto de decisões políticas inconsequentes de gestores desesperados. Para fazerem palanques, deram ordem de serviço sem nenhuma responsabilidade, sem nenhum compromisso de entregar as obras para a sociedade.

Estou trabalhando nesta Casa para que, dada a ordem de serviço sem a devida responsabilidade quanto a prazos e orçamentos, haja punições graves, severas. O Brasil tem que dar menos ordem de serviço, fazer menos palanque, ter um projeto único de governo, para que as coisas possam ser concluídas, e acima de tudo ter ferramenta de gestão unificada.

Eu não posso admitir que, embora seja eficiente, o FNDE tenha a sua ferramenta de gestão, o sistema penitenciário tenha a dele, a aviação tenha a dela, a agricultura tenha a dela, sendo que o Governo é um único corpo. Isso mostra a nossa necessidade de qualificar cada vez mais os gestores públicos no Brasil para



que possam tomar decisões técnicas inteligentes. Isso faz parte do processo de desburocratização.

E essa balbúrdia que é o sistema de fiscalização, essa balbúrdia que é o sistema de acompanhamento do Governo, embora a parte técnica funcione — eu tenho certeza das competências técnicas do nosso Governo —, amplia, abre muito o leque para a corrupção, porque, se não se tem um sistema único de acompanhamento, cada um opera com a sua ferramenta, fica muito mais fácil para homens e mulheres de má-fé operarem.

Aqui fica este meu registro e o meu agradecimento ao FNDE pela apresentação que fez. Além de trabalhar muito nesta Casa, eu vou rezar muito para que o FNDE possa cumprir a sua missão. Também agradeço à Dra. Valdirene, que fez apresentação da parte técnica do projeto. Infelizmente, o Brasil ainda não tem uma inteligência de governo, não digo um sistema operacional que funcione, para que possamos fazer essa adequação.

Depois vou convidar o Dr. Leonardo para que possa fazer a sua apresentação. Mas já registro, também, que o sistema de gestão de aeroportos no Brasil, pelo Governo, não pela parte técnica, também é uma vergonha. Não conhecem a diversidade, não conhecem o tamanho do território brasileiro e tratam isso de uma forma irresponsável. Isso está entortando as oportunidades para os brasileiros. Eu tenho muita confiança em que, no futuro, possamos ter nossas responsabilidades políticas e colocar em cargos pessoas que tenham responsabilidade com o Brasil, pessoas que trabalhem, que produzam.

Ditas essas palavras, passo a presidência dos trabalhos ao nobre colega Deputado Luiz Cláudio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Cláudio) - Obrigado, Deputado Evair de Melo, grande Parlamentar, também estreando aqui na Câmara dos Deputados.

Gostaria de fazer algumas perguntas à Dra. Valdirene, até porque eu estava ali ouvindo a sua palestra, muito atento, porque realmente essa situação de presídios no Brasil é muito séria. Não se vê evolução na parte da ressocialização do apenado, e essa é uma questão que se agrava a cada dia.



Mas a senhora falou em alternativas. Quais alternativas, hoje, podemos dizer que estão dando certo, ou que são possíveis de fazer, em termos de ocupação, de terapia para o apenado?

Já ouvi falar que há algumas alternativas no Paraná, no Sul do Brasil, de oficina de trabalho, de capacitação, para dar ao apenado oportunidade de trabalhar dentro do sistema prisional. Isso realmente tem dado certo? Isso funciona? Existe recurso para essa alternativa? E qual é o custo hoje de um apenado em presídio brasileiro?

Essas são as perguntas que eu gostaria que a senhora respondesse.

A SRA. VALDIRENE DAUFEMBACK - Obrigada, Deputado, pela oportunidade de falar sobre isso. Isso nos anima muito, porque fazer diferente eu acho que é o nosso desafio. Sempre fazer o mesmo tem dado esses resultados que observamos.

Com relação ao custo da prisão, da custódia, ele, em média, hoje, no Brasil, está em torno de 2 mil reais por preso. Isso quer dizer que gastamos 1 bilhão e 200 milhões reais por mês para custodiar todos os presos, os 622 mil presos no Brasil. Isso, se estivermos falando de unidade pública, porque, se considerarmos o sistema de cogestão com a iniciativa privada, vai custar praticamente o dobro ou mais. Então, temos um problema também de gestão desse custeio.

Algumas obras hoje no Brasil estão prontas, mas não há servidores para assumir, e o Estado não tem recursos para colocar o estabelecimento para funcionar. Vejam, então, que o problema não é apenas a falta de vagas; há um problema de gestão de política pública.

E, sim, temos alternativas, e o Governo Federal tem investido fortemente nisso. Primeiro, cuidando da porta de entrada.

O que é cuidar da porta de entrada da prisão? Observar as pessoas a partir de suas características. Muitas delas são réus primários, cometeram crimes sem violência, crimes eventuais. Para essas pessoas, há outras formas de responsabilização. Elas podem prestar serviço para a comunidade, podem ser monitoradas eletronicamente, podem ter restrições de direitos, podem pagar fiança. Essas medidas podem ser muito mais eficazes para ela pagar pelo crime que cometeu do que a privação de liberdade. Ela vai continuar trabalhando, gerando



recursos para sua família, e não vai se ter despesa com a privação de liberdade dela, quando sair do estabelecimento prisional, por um crime tão banal.

Sem falar que o excesso do uso da prisão, hoje, no Brasil, faz com que recrutemos uma massa muito grande de pessoal para um sistema que torna as pessoas vulneráveis e as deixa à mercê de grupos organizados dentro da prisão. Os grupos organizados na prisão cresceram justamente em virtude desta fragilidade a que o Estado submete as pessoas: falta de alimentação adequada, falta de *kit* de higiene e limpeza, assistência jurídica precária, assistência familiar precária. Tudo isso os grupos organizados do crime dão, o Estado não. Logo, um grupo de pessoas gira em torno disso por necessidade e acaba depois fomentando mais criminalidade e violência.

Então, a privação de liberdade é um remédio tarja preta que tem que ser usado com muita parcimônia.

O Governo Federal tem apoiado também medidas como a inserção de trabalho no sistema prisional. Eu cito aqui o CASE — Centro de Atendimento Socioeducativo de Santa Catarina, que tem, hoje, trabalhando quase 60% dos presos, em parceria com cerca de 200 empresas. As empresas, de fato, têm atuado na profissionalização desses presos, não com trabalho repetitivo, mas com trabalho de valor comercial. As pessoas saem profissionalizadas, têm renda, ajudam a família, pagam custos eventualmente de vítimas e ainda têm ocupação e remição dentro da prisão.

Para isso, é preciso uma visão de um sistema prisional comprometido de fato com a mudança da lógica da criminalidade. Se o Estado só custear, só controlar, só manter essas pessoas dentro da cela, ele não vai reverter o processo de criminalidade. Pode ser mais fácil para o Estado, é mais tranquilo, pois ele não tem que movimentar as pessoas, não tem que ter projetos, não tem que ter parcerias. Mas aquela visão faz com que de fato tenhamos resultados melhores, reduzindo a reincidência e criando novos projetos de vida.

Isso é trabalho. Hoje, o Departamento tem um programa chamado PROCAP — Programa de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes e já investiu em mais de 600 unidades prisionais com oficinas de profissionalização. Há recursos para isso, então.



O Ministério da Saúde e o Ministério da Educação têm aportado recursos próprios para a implementação de escolas e Unidades Básicas de Saúde dentro do sistema prisional. Isso faz com que se tenha, também, um atendimento sem precisar levar as pessoas, por exemplo, a um hospital fora. A saúde no sistema prisional é sempre um agravo. As pessoas aqui fora ficam doentes, mas dentro da prisão ficam mais, porque não têm ocupação e o tempo não passa. O ambiente da prisão já gera uma série de problemas, principalmente problemas gástricos e de pele, sem falar nos problemas psicológicos, psiquiátricos.

E é importantíssimo, Deputado, trabalharmos um processo de reinserção social. Hoje as pessoas presas saem da prisão, em geral, com uniforme, sem dinheiro, sem vale-transporte para chegar ao centro da cidade, sem um *kit* alimentação e sem documentação, pasmem, muitas vezes. Essa pessoa vai ter que comer, vai ter que chegar a algum lugar, então pode ser que na primeira esquina ela pratique um furto. Já tivemos caso de pessoa que ficou — eles dizem que é o recorde — 8 minutos fora da prisão, porque, entre a saída e o primeiro furto, uma viatura que passava próximo do local fez com que ela já retornasse, em flagrante, para dentro da prisão. A polícia já a levou.

Mas nós empurramos as pessoas para essa situação. Muitas vezes, se a pessoa sai com aquele uniforme, em geral, laranja, que é usado no sistema prisional, ela já vai ser apontada na rua como um egresso. O estereótipo já está nela. Isso sem falar que, se ela superar essa primeira fase das 48 horas, vai precisar de um trabalho, de uma moradia, porque, às vezes, ela ficou privada de liberdade por 10 anos. O que ela sabe fazer? Que contato da família ela tem? Onde ela vai morar? Essa, talvez, seja a maior lacuna que nós temos.

Nós hoje fazemos também um esforço para ter uma política nacional, mas só alguns Estados, como Minas Gerais e Paraná, têm programas mais estruturados de apoio à pessoa egressa. Essa é também uma solução muito importante.

Então, cuidar da porta de entrada, do período de privação da liberdade, e da porta de saída tem que ser o nosso esforço. E nós temos cases bem-sucedidos, com serviços públicos e com gestão de primeira qualidade, no Brasil. O que nos falta? Conseguirmos uniformizar essa política.



Diferentemente das políticas de saúde, o sistema prisional é uma política que, às vezes, se aloca em qualquer lugar dentro do Estado. Secretaria de Saúde Municipal e Secretaria de Saúde Estadual há em todo lugar. Onde fica o sistema prisional em cada Estado? Em cinco Estados brasileiros, está dentro da Segurança Pública; em mais cinco, está em uma secretaria própria de administração penitenciária; e, nos outros Estados, está em tantas outras formas, Justiça, Direitos Humanos.

Só isso já faz com que tenhamos um arranjo institucional muito complicado. Não é uma política uniforme. Nós não temos uma carreira nacional desses servidores que atuam nessa política; temos muitas dificuldades com relação à atuação das políticas intersetoriais. Às vezes, há em um Estado uma mobilização boa da educação e da saúde para atuar na prisão, mas, em outros, não. Então, não há prestação de serviço.

Então, Deputado, eu diria que, embora a prisão seja uma coisa velha — ela chegou em 1800 no mundo, e, aqui no Brasil, nós temos estabelecimentos com mais 200 anos —, em termos de política pública, estrutura organizacional, profissionalização, é uma política nova. E, aí, aparecem algumas soluções milagrosas: *“Isso aqui agora vai solucionar”*. Não. São 622 mil pessoas, 1.430 estabelecimentos prisionais. Precisa-se de uma política séria, construída com conhecimento específico, precisa-se de estrutura, para que saíamos de um patamar precário e avancemos no futuro.

Vamos fazer um projeto de 10 anos, 20 anos, com que tenhamos condições de erguer a cabeça no cenário internacional e dizer que nós temos uma política pública séria. Esse também é o nosso compromisso no Departamento, mudar os patamares brasileiros com relação à execução penal.

Mas eu fico otimista, e eu queria deixar esse otimismo com os senhores, porque, por muito tempo, o sistema prisional foi tido como algo sem solução, que não dá certo, que está falido, e esse tipo de sentimento nos imobiliza e faz com que caminhemos para o lado errado. Sobre cada uma das coisas que estou falando, eu poderia citar um estabelecimento prisional, um gestor, um Estado, que tem práticas que são de ponta, que podemos dizer que funcionam e que podemos apresentar para o mundo. O problema é uniformizar essas políticas.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Cláudio) - Obrigado pelas respostas às minhas perguntas. Eu acho que esta Casa tem que se aproximar mais das políticas públicas voltadas para esse setor, porque, realmente, é um problema muito grave, e, como a senhora disse, a população quer ficar distante. Quando se vai construir uma unidade prisional, ninguém quer que aconteça lá perto da sua comunidade, porque vai desvalorizar o imóvel, uma série de coisas. E foi de quinhentos e poucos por cento o aumento do número de apenados no Brasil. Isso é um absurdo.

Mas eu agradeço a sua participação, em nome desta Comissão. Nós nos sentimos honrados com sua presença. Com certeza, iremos manter mais contato, para que nós, como Parlamentares, possamos dar a nossa parcela de contribuição.

A SRA. VALDIRENE DAUFEMBACK - Muito obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Cláudio) - Ouviremos agora o Sr. Leonardo Victor Dantas da Cruz, Secretário de Aeroportos da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República — aeroporto é outro problema nacional, inclusive no meu Estado, em Rondônia.

V.Sa. dispõe de 10 minutos.

O SR. LEONARDO VICTOR DANTAS DA CRUZ - Bom dia a todos. É com muita satisfação e honra que estou aqui, hoje, nesta importante Comissão da Câmara dos Deputados, para tratar de temas tão relevantes para a população brasileira.

(Segue-se exibição de imagens.)

No âmbito da Secretaria de Aeroportos, nossos investimentos maiores estão focados no Programa de Aviação Regional, que foi lançado, precisamente, no dia 20 de dezembro de 2012. Foi lançado para 270 aeroportos, e, diferentemente do FNDE e do DEPEN, o braço executor é o Banco do Brasil, e não a Caixa Econômica. Esse Programa de Aviação Regional tem alguns objetivos principais, que visam à melhoria da qualidade dos serviços em infraestrutura aeroportuária, à integração do território nacional, ao desenvolvimento de polos regionais, ao fortalecimento dos centros de turismo e à garantia de acesso às comunidades da Amazônia Legal.

Este último ponto é de cunho social, porque, como nós todos sabemos, na Amazônia Legal como um todo, hoje existem regiões longínquas que não têm outro meio de transporte disponível que não o modal aéreo. Nós sabemos que os rios que



lá existem, em muitas épocas do ano, não têm a navegabilidade necessária. Então, temos essas regiões como prioritárias, uma vez que são mais carentes e têm necessidades em termos de saúde e sobrevivência.

Esse programa tem quatro grandes pilares.

O primeiro deles é o de investimento em infraestrutura e equipamentos. Como disse a Valdirene, ela tem alguns modelos de penitenciárias. Nós temos modelos de terminais de passageiros. Nós desenvolvemos, junto com a INFRAERO, alguns módulos de terminais de passageiros, de 682 metros quadrados até 3.500 metros quadrados. Esses módulos estão disponíveis, também, para os Governos dos Estados, para que, com o anteprojeto, possam fazer suas licitações.

Outro pilar são os subsídios. Há rotas e tarifas.

O terceiro pilar é a gestão de aeroportos. Nós fazemos um trabalho junto aos operadores aeroportuários a fim de que sejam mais capacitados para gerir aeroportos. Ele envolve não só os gestores, mas também os bombeiros, que são necessários em alguns postos de aeroportos, e os demais funcionários que lá prestam serviços.

E o quarto pilar é a regulação técnica e econômica. A ANAC, agora sim, está flexibilizando. O acontecia antes? Um aeroporto de grande porte tinha as mesmas exigências dos aeroportos pequenos. O custo para manter aquele aeroporto ainda hoje é alto, mas antes era mais alto ainda. Nós estamos diminuindo as exigências para aqueles aeroportos para que consigam se sustentar.

É importante frisar que todo esse investimento que nós iremos fazer nesses aeroportos é custeado pelo FNAC — Fundo Nacional de Aviação Civil. É um fundo que hoje gira de 7 bilhões a 8 bilhões de reais. Uma grande parte dos recursos está contingenciada pelo Governo, por razões econômicas. Mas todo aquele recurso que veio das concessões e uma parte das taxas de embarque vão para esse fundo. Nós fazemos investimento na infraestrutura do aeroporto e, em contrapartida, solicitamos aos Governos dos Estados a regularização da situação patrimonial. E nos é vedado investir, usar recursos do fundo para desapropriação. Então, isso é feito pelo Governo do Estado ou pelo Município.

Cito outros compromissos dos Estados: a regularização dos convênios de delegação; os acessos viários externos, as ruas, as vias para se chegar ao



aeroporto; a infraestrutura básica de telefonia, de esgoto e de água; a regularização de focos de risco aviário — muitas vezes há lixões nas proximidades dos aeroportos, isso atrapalha demais, é um risco muito grande para a aviação civil; e a garantia da gestão e manutenção do aeroporto, depois de nós entregarmos aquela infraestrutura.

Esse programa, como eu disse, foi lançado ainda em 2012. Contratamos o Banco do Brasil para fazer as licitações de projetistas. Como ele foi lançado em 270 localidades, nós não tínhamos conhecimento prévio do que existia em cada uma dessas localidades. Então, tivemos que fazer contratações para estudo de viabilidade técnica, estudos preliminares, anteprojetos, para saber onde seria viável investir. Então, nós fizemos, primeiramente, estudos de viabilidade técnica, quase todos estão concluídos, estudos preliminares e anteprojetos.

Assim que nós acionamos os anteprojetos para esses aeroportos, também acionamos os estudos ambientais. E aí eu faço um registro: ainda no ano passado, nós tínhamos muitas dificuldades com os licenciamentos ambientais, porque não havia parâmetro para o porte do aeroporto. Então, nós entrávamos com o pedido de licenciamento ambiental nos órgãos estaduais, e eles pediam todo e qualquer tipo de estudos, já que não havia esse parâmetro prévio. Às vezes, a interferência era mínima na infraestrutura e eles pediam um EIA-RIMA — Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental, que demoraria 2 anos, 3 anos, 4 anos para sair.

Então, nós fizemos uma atuação junto ao Conselho Nacional de Meio Ambiente — CONAMA, e, em agosto do ano passado, a Resolução nº 470 definiu quais eram os estudos para cada tipo de aeroporto. Hoje, o Governo do Estado já sabe quais são os estudos que tem que pedir para que o licenciamento ambiental seja feito. Isso foi um ganho muito grande, de 2 anos a 3 anos, no trâmite para a emissão das licenças ambientais. Antes dessa resolução, nós tínhamos quatro ou cinco licenças emitidas. Hoje já estamos chegando à marca de mais de 30 licenças emitidas, ou já em fase final de emissão.

Em outra vertente da Secretaria, nós temos alguns convênios. São convênios com investimentos menores. Não há nenhuma obra que esteja parada, por falta de recurso ou alguma outra coisa. Eles estão em conclusão. Em Cascavel, por



exemplo, temos um investimento de 5 milhões de reais, a conclusão será em 2017; em Fernando de Noronha, a conclusão será em outubro de 2016 — é uma reforma de pista; em Vitória da Conquista, em novembro de 2016; e em Santo Ângelo — foi entregue agora.

Com todos aqueles anteprojetos prontos, dos 270, nossa expectativa é que teremos, até o final do ano, uns 30 ou 40, e os Governos estarão aptos a fazer a licitação, já com os estudos ambientais emitidos.

O Governo Federal, agora, deu uma estreitada nesses 270, para que tenhamos foco e resultados, e uma capilaridade maior em todos os Estados brasileiros. Nosso foco é que consigamos, através do diálogo com os Governos Estaduais, priorizar um, dois, ou três aeroportos por UF e, assim, dar início ao Programa de Aviação Regional. Só que, para isso, nós precisamos de recursos, que hoje nós não temos. Inclusive, agora estamos em reunião com o Ministério do Planejamento para discutir o orçamento.

Em relação ao FNAC, no próximo ano nós teremos uma previsão de arrecadação de quase 5 milhões de reais. Desses recursos, para darmos sequência ao Programa de Aviação Regional, precisaremos de 450 milhões; quer dizer, não chega nem a 10% da arrecadação. E estamos fazendo discussões para que o Ministério do Planejamento libere os recursos na LOA: em 2018, 850 milhões; em 2019, 850 milhões; e em 2020, 300 milhões.

Ocorre que não só da aviação regional nós tratamos na Secretaria. Além disso, do Fundo Nacional de Aviação Civil — FNAC saem os recursos para investimentos na aviação regional; no Comando da Aeronáutica, que precisa hoje de 115 milhões; nas obras da INFRAERO. Das obras da INFRAERO, hoje, as que não estão no PAC estão todas suspensas. Desde o ano passado, todas as obras que não estão inclusas no PAC estão suspensas. As que estão no PAC têm um ritmo mais lento, mas continuam. Nós precisamos de 1 milhão e 670 mil reais, no Orçamento do próximo ano, para terem continuidade as obras da INFRAERO; de 1 milhão para os aportes nos aeroportos das SPEs — Sociedades de Propósitos Específicos, que são aqueles que nós concedemos; e de mais 80 milhões para outros.



Então, na nossa proposta de lei orçamentária para o próximo ano, precisamos de 3 bilhões e 300 milhões de reais para dar seguimento ao programa e ter essa grande carteira de projeto da aviação regional.

O nosso grande entrave, hoje, é o descontingenciamento do Fundo Nacional de Aviação Civil. Não temos nenhum outro grande entrave. Nós conseguimos dar sequência às obras. Se houver recurso disponível, a INFRAERO, a Secretaria tem capacidade de dar sequência às obras que estão restando.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Cláudio) - Agradecemos ao Secretário de Aeroportos, Sr. Leonardo, pela presença, que prestigia esta Comissão. Muito obrigado. Com certeza, iremos dar continuidade a esse contato.

Dando seguimento aos trabalhos, vamos passar para apreciação dos requerimentos que estão em pauta.

Requerimento nº 5, de 2016, do Sr. Raimundo Gomes de Matos, que requer a realização de visitas técnicas para verificar *in loco* o andamento das obras paralisadas e inacabadas de responsabilidade do Governo Federal, no Estado do Ceará.

Requerimento nº 6, de 2016, do Deputado Zé Silva, que requer a realização de audiência pública para identificar as principais obras custeadas com recursos do Orçamento Geral da União que se encontram paralisadas e levantar medidas para a retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações, com a presença dos Srs. Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte — DNIT; Daniel Maciel de Menezes Silva, Secretário de Infraestrutura Portuária do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil; Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde; e Nelson Antônio de Souza, Vice-Presidente de Habitação da Caixa Econômica Federal.

Requerimento nº 7, de 2016, do Deputado Zé Silva, que requer a realização de audiência pública para identificar as principais obras custeadas com recursos do Orçamento Geral da União que se encontram paralisadas e levantar medidas para a retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações, com a presença dos Srs. José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das



Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva — SINAENCO; Haroldo Pinheiro, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; João Borba Filho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada; e José Carlos Rodrigues Martins, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção.

Requerimento nº 8, de 2016, do Deputado Zé Silva, que requer a realização de audiência pública para identificar as principais obras custeadas com recursos do Orçamento Geral da União que se encontram paralisadas e levantar medidas para retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações, com a presença dos Srs. Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari, Secretário do Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Cláudio Gastal, Presidente Executivo do Movimento Brasil Competitivo; Vitorino Ribeiro Coelho, Presidente da Associação Contas Abertas; e Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

Consulto o Plenário...

Não tendo nada mais a encaminhar, eu vou passar à apreciação, à votação dos requerimentos que acabei de ler — Requerimentos nºs 5, 6, 7 e 8.

Em votação os requerimentos.

Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro aprovados todos os requerimentos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 23 de agosto, terça-feira, às 9h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.